

Jornalista que teve fotos íntimas vazadas na web cria ONG para apoiar vítimas do problema

(O Globo, 03/12/2014) A vida da jornalista Rose Leonel virou “um inferno” quando ela teve suas fotos nuas publicadas em 7 milhões de sites pornôfs pelo mundo. Seu ex-namorado disparou 15 mil e-mails com as imagens para os moradores de Maringá, no Paraná. A apresentadora de 44 anos perdeu o emprego de colunista social na cidade, passou a ser humilhada toda vez que saía de casa, teve depressão, e seu filho mais velho, à época com 11 anos, teve que trocar de escola diversas vezes, antes de, enfim, mudar-se para os Estados Unidos, por não aguentar mais o bullying dos colegas. Hoje, oito anos após o incidente, Rose administra a ONG Marias da Internet, que existe há um ano e ajuda mulheres que foram vítimas da pornografia de vingança (ou “revenge porn”, em inglês). Tendo vivido na pele o problema, ela sabe que é impossível apagar as marcas do crime virtual, mas, ao expor sua experiência pessoal, busca confortar as moças assustadas.

- Lembro que meu telefone não parava de tocar, porque ele também tinha divulgado minhas informações pessoais na rede. Homens do Brasil inteiro me ligavam propondo programas ou só para me ridicularizar. Abriu-se um buraco debaixo dos meus pés, e eu caí de cara nele. Nem meu filho aguentou a pressão, e precisei mandá-lo para fora do país para ele ter alguma chance de crescer saudável - recorda Rose, que, depois de alguns meses, reuniu as forças que restaram para processar o ex-namorado e começar o projeto da ONG. - A sociedade vilaniza a vítima, e não o criminoso. Coloquei na minha cabeça que não vou ser punida por ser a vítima.

SEM INDENIZAÇÃO ATÉ HOJE

Como mora no interior do Paraná, onde não há muitos especialistas nesse tipo de crime, ela precisou contratar um advogado de São Paulo para cuidar do caso. Em 2010, o ex foi condenado a um ano e 11 meses de prisão por difamação, além de ter que pagar R\$ 30 mil por danos morais, mas recorreu

da decisão. Por isso, até hoje Rose não recebeu a indenização.

- O valor é irrisório. Gastei R\$ 28 mil só para mover o processo - diz a jornalista. - Não existe valor que pague os danos que sofri. Esse crime deveria ser considerado hediondo, porque rouba a vida da pessoa: a identidade, os amigos, a autoestima, a saúde psicológica, a carreira, a vida amorosa... Sofri um assassinato real, embora o crime tenha ocorrido no mundo virtual. Ainda sofro preconceito todos os dias.

Rose acredita que, até que sejam criadas leis específicas para punir esse tipo de crime, o número de casos só vai aumentar. Ela apoia o Projeto de Lei 6.630 de 2013, criado pelo deputado federal Romário (PSB-RJ), segundo o qual o acusado poderá pegar pena de até três anos de prisão e deverá indenizar a vítima por seus gastos com mudança de casa e de escola, tratamentos médicos, psicológicos e perda de emprego.

- Nós, mulheres, precisamos lutar pela aprovação dessa lei, porque esse é um crime de gênero. Quando imagens íntimas de homens caem na web, eles não são demitidos ou humilhados. Pelo contrário, passam a ser valorizados pela sua virilidade. A sociedade só condena as mulheres - opina.

FOTOS NUAS: AMPLA CIRCULAÇÃO

Rose contará sua história hoje no Fórum Fale Sem Medo, em São Paulo, idealizado pelos institutos Avon e Data Popular. No evento será divulgada a pesquisa "Violência doméstica: os jovens estão ligados?", feita com com 2.046 pessoas de 16 a 24 anos, das cinco regiões do Brasil. O levantamento, realizado por meio de um questionário on-line, mostrou que 47% das mulheres e 59% dos homens já receberam fotos ou vídeos de mulheres nuas desconhecidas. O índice é um pouco mais baixo quando se trata de imagens de mulheres conhecidas: 32% das moças e 41% dos rapazes já receberam esse tipo de conteúdo. Os números mostram que as mulheres, além de vítimas, também participam da rede, mesmo que passivamente, ao receber imagens de outras.

- Muitas mulheres julgam as outras e dizem: "Eu nunca faria isso". Mas elas precisam entender que quem colocou a vítima naquela situação foi o ex-

companheiro. Ele é que deve ser punido - ressalta Rose.

A ONG administrada pela paranaense, por enquanto, funciona exclusivamente pela internet e disponibiliza profissionais especializados em crimes virtuais: advogados, peritos digitais e psicólogos, todos voluntários, que prestam assistência às moças. Elas podem entrar em contato com o time por meio do site Marias da Internet (mariasdainternet.org) ou pelo Facebook. Os voluntários da entidade também visitam escolas a fim de alertar sobre as consequências da cibervingança.

Com a ajuda do Instituto Brasileiro de Direito Eletrônico, o órgão, em breve, aumentará sua rede de advogados gratuitos e terá profissionais credenciados em todos os estados.

Marina Cohen

Acesse o PDF: [*Jornalista que teve fotos íntimas vazadas na web cria ONG para apoiar vítimas do problema \(O Globo, 03/12/2014\)*](#)

Pesquisa retrata violência contra a mulher entre jovens no espaço virtual

(Agência Brasil, 03/12/2014) Os dados da pesquisa *Violência contra a Mulher: o Jovem Está Ligado?*, mostram que, por exigência do parceiro, 19% dos jovens já tiveram de excluir um amigo de uma rede social e 17% pararam de conversar com um amigo virtualmente. “Ainda não falamos do espaço virtual como um espaço reconhecível socialmente, de relacionamentos. Esse tipo de pesquisa nos permite perceber que esse é um espaço onde as relações estão se dando entre os jovens e os mesmos padrões que são dados na realidade se dão também no mundo virtual”, disse a representante da ONU

Mulheres, Nadine Gasman.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Pesquisa retrata violência contra a mulher entre jovens no espaço virtual \(Agência Brasil, 03/12/2014\)](#)

Pesquisa DataSenado revela números de conexão da internet no Brasil do interior

(Portal O Senado, 02/12/2014) Entre os pesquisados, apenas 22% ainda não têm acesso à internet em seus domicílios, índice que cresce para 43% no Norte do país e cai para 11% no Sul. É o que revela pesquisa telefônica do DataSenado feita por solicitação da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), que ouviu 809 pessoas residentes em todos os estados brasileiros, excluindo as capitais. As entrevistas foram realizadas de 29 de outubro a 12 de novembro, com maiores de 16 anos.

As principais causas apontadas para justificar a ausência de internet em casa foram: não ter computador na residência, que alcança 28% dos sem internet, seguida pelos 26% que não têm internet disponível na região e 25% que não têm dinheiro para pagar pelo serviço. Outros 12% disseram não ter interesse pelo acesso à rede.

A pesquisa também registrou que o acesso diário à internet é majoritário entre os respondentes - dos 78% que estão conectados em suas residências, 92% desses acessa a rede todos os dias. A conexão via cabo é utilizada por 36% e a linha telefônica por 32%. Outros 15% utilizam modem de telefonia móvel, 8% rádio e 3% satélite.

Os de maior escolaridade usam mais internet - apenas 17% dos pesquisados

que concluíram o ensino superior não têm conexão doméstica de internet. Entre os que têm apenas o ensino fundamental esse índice é de 43%.

A internet é também o meio mais usado para acessar páginas de órgãos públicos - utilizada por 68% dos respondentes, de acordo com a pesquisa.

O Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), criado em 2010, pelo Governo Federal, para levar o acesso à internet às regiões mais carentes, é conhecido por um terço dos entrevistados - 33%. Intensamente debatido pela CCT, em 2014, o PNBL motivou a realização desta pesquisa.

Acesse no site de origem: [Pesquisa DataSenado revela números de conexão da internet no Brasil do interior \(Portal O Senado, 02/12/2014\)](#)

Hackers usam tecnologia para combater violência contra a mulher

(Câmara Notícias, 25/11/2014) Hackers, programadores e especialistas em assuntos relacionados a gênero começaram nesta terça-feira (25) a trabalhar efetivamente nos 22 aplicativos que vão usar tecnologias digitais para traduzir dados públicos de maneira útil e acessível a qualquer pessoa.

Reunidos no Salão Branco da Câmara dos Deputados, eles participam da 2ª edição do Hackathon - espécie de maratona colaborativa que desafia desenvolvedores de soluções digitais. Neste ano, os 47 participantes deverão criar aplicativos para ampliar a transparência de dados públicos sobre “violência contra a mulher” e sobre “políticas públicas de gênero e cidadania”.

Uma dos projetos de aplicativo, por exemplo, pretende fornecer informações

úteis sobre a violência obstétrica, que envolve agressões físicas ou emocionais de gestantes por parte dos profissionais da área da saúde.

“Nosso objetivo é criar um aplicativo para celular que permita às mulheres se informar sobre o que é a violência obstétrica, como se proteger e também para incentivar o parto humanizado”, explica a Marcela Oliveira, que veio de Maceió para participar do Hackthon. Segundo ela, a ferramenta vai funcionar como uma espécie de rede social, permitindo que as próprias mulheres possam compartilhar informações e experiências com outras gestantes.

Especialistas

Coordenador do evento, Cristiano Ferri destaca que a novidade da edição deste ano é a participação de especialistas de outras áreas, como sociólogos e antropólogos, que já pensam e discutem a questão de gênero. “Como esses jovens são especialistas em questões de gênero e dominam as mágicas da tecnologia muito bem, vão conseguir facilitar a compreensão de dados importantes utilizando aplicativos e até jogos”, disse.

Para a coordenadora de Acesso à Justiça e Combate à Violência da Secretaria de Direitos da Mulher da Presidência da República, Aline Yamamoto, eventos como o Hackathon podem resultar em ferramentas importantes no combate a problemas sérios, como a violência contra a mulher.

“Essa iniciativa de aplicativo cria uma rede de apoio às mulheres e é uma forma de mostrar como podem buscar seus direitos e quais são os serviços que podem atendê-las nas áreas de saúde, justiça e assistência social”, apontou. Segundo Yamamoto, o Brasil ocupa atualmente a 7ª posição no ranking de países com maior número de assassinatos e mortes violentas de mulheres.

Tecnologia

A deputada Rosane Ferreira (PV-PR) defendeu o potencial das tecnologias digitais como meios de acesso à informação. “Hoje não dá para dispensar a linguagem da internet. É uma linguagem universal, que permeia todas as classes sociais. É mais um instrumento de enfrentamento contra a violência de gênero e contra a violência doméstica que assolam o nosso País”, afirmou.

Outro aplicativo em desenvolvimento nesta semana é o Myrthes, que cria uma rede social para troca de informações entre mulheres vítimas de violência e advogados. Conforme Mônica Monteiro, que participa do grupo responsável pelo aplicativo, a ideia é que as mulheres possam tirar dúvidas e se orientar sobre o que fazer caso a caso. “O objetivo é instruir as mulheres para incentivá-las a criar o hábito de denunciar”, apontou.

Mônica Monteiro acrescentou que o grupo estuda parcerias com universidades e com advogados que já são engajados na defesa dos direitos da mulher.

O Hackthon se encerra na sexta-feira (28) e vai premiar os autores dos dois projetos vencedores com passagem e hospedagem para participar de um encontro sobre projetos de Democracia Digital na sede do Banco Mundial, em Washington, nos Estados Unidos.

Murilo Souza

Acesse no site de origem: [Hackers usam tecnologia para combater violência contra a mulher \(Câmara Notícias, 25/11/2014\)](#)

ONU constata que 4,3 bilhões de pessoas não acessam a internet

(Agência Brasil, 24/11/2014) Cerca de 4,3 bilhões de pessoas não têm acesso à Internet, mais do que os 3 bilhões que utilizam regularmente a rede mundial, segundo relatório de uma agência das Nações Unidas (ONU) divulgado hoje (24). Apesar do claro aumento da utilização da Internet, estimado em 6,6% para este ano em todo o mundo, as tecnologias de informação não chegam à maior parte da população mundial, 90% dos quais vivem em países em desenvolvimento, segundo o relatório anual da União Internacional de Telecomunicações (UIT).

Os excluídos estão principalmente em zonas rurais de países em desenvolvimento, mesmo tratando-se de zonas que nos últimos cinco anos duplicaram o número de usuários. Em 2014, segundo o documento, 44% dos lares do mundo tinham acesso à internet, acima dos 40% registrados em 2013 e dos 30% em 2010.

Mas a distribuição é desigual. Nos países desenvolvidos, 78% dos lares têm acesso à rede. Nos países de rendimentos médios e baixos são apenas 31% e nos países mais pobres 5%. “É errado pensar que todo o mundo está conectado”, escrevem no relatório os analistas da UIT.

O relatório aponta, por outro lado, o aumento do fosso de conectividade entre zonas urbanas e rurais, não apenas nos países em desenvolvimento, como também em alguns dos países mais ricos. Em países como Japão e Coreia do Sul, a diferença de penetração da internet nos lares urbanos é 4% superior à das áreas rurais, uma diferença que pode chegar aos 35% em países como Colômbia ou Marrocos.

Segundo o *ranking* da UIT, a Dinamarca é o país com mais alto nível de desenvolvimento de tecnologias de informação, em termos de acesso, utilização e conhecimento, seguida, pela ordem, da Coreia do Sul, Suécia, Islândia, do Reino Unido, da Noruega, Holanda, Finlândia, de Hong Kong e Luxemburgo.

Acesse no site de origem: [ONU constata que 4,3 bilhões de pessoas não acessam a internet \(Agência Brasil, 24/11/2014\)](#)

Começa hoje na Câmara a maratona hacker de gênero e

cidadania

(Câmara Notícias, 24/11/2014) O Hackathon é uma maratona que reúne hackers, programadores, desenvolvedores e inventores para criar projetos que transformem informações de interesse público em soluções digitais, acessíveis a todos os cidadãos. O objetivo é promover a ampliação da transparência dos dados públicos. Organizado pelo Laboratório Hacker da Câmara e pela Secretaria da Mulher, o evento tem patrocínio do Banco Mundial. Essa é segunda edição da Maratona e o tema deste ano é gênero e cidadania, uma iniciativa pelo fim da violência de gênero nos meios de comunicação, redes sociais e vídeo games.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Começa hoje na Câmara a maratona hacker de gênero e cidadania \(Câmara Notícias, 24/11/2014\)](#)

Governo vai usar aplicativo para monitorar crimes contra direitos humanos na internet

(O Globo, 20/11/2014) A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República criou nesta quinta-feira grupo de trabalho para mapear e monitorar crimes contra os direitos humanos nas redes sociais. O grupo de trabalho começará a funcionar neste ano e será formado por representantes da Secretaria de Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), da Secretaria de Políticas para Mulheres, da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais (Condege).

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Governo vai usar aplicativo para monitorar crimes contra direitos humanos na internet](#)

Japão é primeiro país a criminalizar divulgação de material pornográfico de ex-parceiros

(Opera Mundi, 19/11/2014) Parlamento do país asiático aprovou projeto de lei que pune com multa e até três anos de prisão para quem praticar “vingança pornô”. Previsto para ser promulgado nesta semana, o projeto punirá quem divulgar material pornográfico (fotos ou vídeos) de ex-companheiras ou ex-parceiros com multa de até 500 mil ienes (R\$ 11 mil) e prisão de até três anos. Além disso, exige-se também que os provedores de internet eliminem, no prazo de dois dias, os conteúdos de teor sexual na rede.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Japão é primeiro país a criminalizar divulgação de material pornográfico de ex-parceiros \(Opera Mundi, 19/11/2014\)](#)

Governo prevê investir R\$ 50

bilhões em plano para expandir banda larga

(Folha de S. Paulo, 12/11/2014) O ministro Paulo Bernardo (Comunicações) disse nesta quarta-feira (12) que o plano para universalização da internet banda larga, nos próximos quatro anos, deverá custar cerca de R\$ 50 bilhões para o governo federal.

Leia também: [Nota pública do FNDC: Regulação da mídia é caminho para consolidar democracia brasileira](#)

A expansão dessa infraestrutura dependerá de acordos com teles parceiras, por meio de “leilões reversos”. A modalidade, segundo o ministro, pretende encontrar entre as possíveis empresas interessadas uma candidata que aceite ampliar a cobertura da internet em determinada região pedindo menos subsídios do governo. A tele ganhadora do pregão será responsável por implantar a rede e poderá comercializar essa infraestrutura entre as outras companhias que queiram operar na região, aumentando assim a concorrência e a possibilidade de acesso pelos moradores da área. O plano inicial do governo prevê a realização desses leilões, em blocos, a partir do meio do ano que vem.

ESTRADA DE TERRA

Faz parte das novas metas da presidente Dilma Rousseff para expansão da internet, em seu segundo mandato, levar banda larga para 90% dos municípios brasileiros, com a implantação de redes de fibra óptica. Atualmente, 47% dos municípios são atendidos pela tecnologia. “É como se só 47% dos municípios brasileiros tivessem acessos de asfalto, o resto é de terra”, disse o ministro. “A presidente me perguntou se o plano é viável. Eu acho que é. Quando a gente fala em universalização, não fala em conectar 100% dos domicílios ou que 100% pessoas estarão conectadas. Há um patamar mínimo que os pesquisadores consideram, na faixa de 90%, em que já se considera que está universalizado”, afirmou. “Isso tudo depende de quanto vamos colocar em recursos e da eficácia dos programas que serão

montados”, completou Paulo Bernardo. Segundo ele, não há previsão orçamentária ainda englobando os custos do novo projeto. No entanto, por se tratar de um programa de infraestrutura, a ideia do governo é encaixá-lo nos projetos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Assim, o projeto teria o “tratamento diferenciado” necessário para evoluir ao longo dos próximos quatro anos.

BILHÕES

Apenas para universalização do acesso, ou seja, para levar a rede de banda larga a todos os municípios, o governo estima um gasto total direto de R\$ 10 bilhões. Outros R\$ 40 bilhões seriam necessários para que a conexão de alta velocidade, depois de chegar aos municípios, possa também ser ramificada dentro de cada região, garantindo conexão de qualidade ao usuário final. Para o Ministério das Comunicações, 10% dos municípios do país não poderão ser conectados por fibra óptica, pelas características dessas localidades -na lista estão municípios de difícil acesso ou com restrições impostas por órgãos ambientais. Nesses casos, as conexões de internet rápida, 4G, deve ser realizada por outros meios, como serviço de rádio os satélite. *Julia Borba*

Acesse o PDF: [Governo prevê investir R\\$ 50 bilhões em plano para expandir banda larga \(Folha de S. Paulo, 12/11/2014\)](#)

**Desigualdade no acesso à
informação continua sendo
desafio global, alertam**

especialistas da ONU

(ONU Brasil, 12/11/2014) O relatório do Grupo Consultivo de Especialistas Independentes sobre Revolução de Dados para o Desenvolvimento Sustentável, lançado recentemente, destaca a invisibilidade de alguns temas e a desigualdade do acesso à informação como os dois grandes desafios globais para o tema no momento atual. O documento, Um mundo que conta: Mobilizando a Revolução de Dados para o Desenvolvimento Sustentável, traz orientações específicas para lidar com esses desafios e pede uma maior liderança da ONU na revolução da informação para o desenvolvimento sustentável.

Entre estas recomendações, estão o incentivo à inovação para preencher as lacunas de informação, a mobilização de recursos para superar as desigualdades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e entre ricos e pobres em informação e a coordenação necessária para que a revolução de dados possa desempenhar papel integral na concretização do desenvolvimento sustentável.

“Governos, empresas, ONGs e indivíduos precisam de boa informação para saber onde estão os problemas, como corrigi-los e se as soluções estão funcionando. Mas a informação atual não é boa o suficiente. Muitas pessoas e questões não são vistas ou não são medidas”, disse o representante do grupo consultivo, Enrico Giovannini.

A brasileira Carmen Barroso é uma dos 24 integrantes selecionadas para compor o grupo de especialistas que trabalham a favor da revolução de dados na busca pela concretização do desenvolvimento sustentável, composto por representantes da sociedade civil, organizações internacionais e os setores privado e acadêmico.

Acesse no site de origem: [Desigualdade no acesso à informação continua sendo desafio global, alertam especialistas da ONU \(ONU Brasil, 12/11/2014\)](#)